



## **O PSICÓLOGO COMO FERRAMENTA FACILITADORA NO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR**

Nicole Almeida Ventura

*Universidade Federal da Paraíba, nicole.almeida@hotmail.com*

**Resumo:** O presente projeto propõe levar a cabo um programa de intervenção com o intuito de conhecer as possíveis contribuições do psicólogo escolar a partir da inserção de estudantes de psicologia em uma escola municipal no estado da Paraíba, além de possibilitar a identificação dos avanços existentes na prática desse profissional. O foco volta-se, especificamente, na inclusão de crianças que apresentam algum tipo de dificuldade de aprendizagem em relação às demais. Participaram deste estudo 35 estudantes da turma do 3º ano do ensino fundamental e a professora responsável pela mesma. Foram realizadas, ao total, 12 (doze) intervenções, ocorridas semanalmente, durante o período de 3 (três) meses. Além disso, realizou-se duas entrevistas com a docente, uma anterior e outra posterior aos encontros. Essas intervenções tinham por objetivo colaborar com a adequação, por parte dos educadores, de conhecimentos da Psicologia que lhes fossem úteis na consecução crítica e reflexiva de seus papéis. Desenvolveram-se trabalhos com educadores e alunos, visando a explicitação e a superação de entraves institucionais. Observou-se que com a inserção do psicólogo educacional na instituição houve um aumento do desenvolvimento das crianças quando receberam um atendimento apropriado, gerando um melhor desempenho de suas atividades. A formação na área da Educação Especial revelou ser uma variável com impacto na construção de atitudes mais positivas por parte dos sujeitos face à inclusão educativa. Também foi possível constatar a mudança de comportamento do professor e dos alunos em geral. Inclusive, os alunos com dificuldade de aprendizagem obtiveram uma maior pontuação nas provas em comparação com as notas anteriores, além de uma maior participação em sala de aula. O psicólogo escolar pode desenvolver práticas que traduzam suas concepções inclusivas, que é possível com uma ação profissional comprometida socialmente como elemento central no processo educacional. Apesar da intervenção limitar-se a uma sala, acredita-se que este projeto se mostrou bastante relevante, tanto para os estudantes e a professora quanto para servir como guia de futuros modelos de intervenções.

**Palavras-chave:** inclusão, psicólogo, escola.

**Abstract:** This project proposes to carry out an intervention program in order to know the possible contributions of the school psychologist from the insertion of psychology students in a public school in Paraíba, and enable the identification of existing advances in the practice of this professional. The focus turns specifically on the inclusion of children with some kind of learning disability in relation to other children. The study included 35 students of the class of the 3rd year of elementary school and the teacher. Were carried out, the total of twelve (12) interventions occurred weekly during three (3) months. Furthermore, it held two interviews with the teacher, one before and one after the meetings. These interventions aimed to collaborate in the adaptation, by educators, of knowledge about psychology that are useful in critical and reflective acts. Work with educators and students was developed to explanation and overcoming institutional barriers. It was observed that with the inclusion of the educational psychologist in the institution there was an increase in the development of children when they received appropriate care, generating better performance of their activities. Training in the field of Special Education proved to be a variable impact on the construction of more positive attitudes of the subjects face to educational inclusion. It also appeared to change teacher behavior and also general student. Students with learning disabilities had a higher score in the tests compared to the previous notes, as well as greater participation in the classroom. The school psychologist can develop practices that reflect its inclusive concepts that is possible with a committed social action as a central element in the educational process. Despite the intervention was limited to a room, it is believed that



**II CINTEDI**  
II CONGRESSO INTERNACIONAL DE  
**EDUCAÇÃO INCLUSIVA**  
II Jornada Chilena Brasileira de Educação Inclusiva

**16 a 18**  
**NOVEMBRO**  
**2016**  
LOCAL DO EVENTO  
CENTRO DE CONVENÇÕES  
**RAYMUNDO ASFORA**  
GARDEN HOTEL  
CAMPINA GRANDE-PB

this project proved to be very relevant for both the students and the teacher as to serve as a guide to future models of interventions.

**Keywords:** inclusion, phychologist, school.





## INTRODUÇÃO

A educação inclusiva chegou ao Brasil com a publicação da Declaração de Salamanca em 1994. A conferência de Salamanca proporcionou uma oportunidade única de inserção da educação especial dentro da estrutura de “educação para todos” firmada em 1990.

A Declaração de Salamanca elenca que:

“O princípio que orienta essa estrutura (de ação em educação especial) é o de que escolas deveriam acomodar todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Aquelas deveriam incluir crianças deficientes ou superdotadas, crianças de rua e trabalhadoras, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos inferiorizados ou marginalizados. Tais condições geram uma variedade de diferentes desafios aos sistemas escolares. No contexto dessa estrutura, o termo “necessidades educacionais especiais” refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades educacionais especiais se originam de deficiências ou de dificuldades de aprendizagem. (p. 3)”

Carvalho (2010, p. 38) pontua que, após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 9.394/96, a expressão necessidades especiais: “[...] tornou-se mais abrangente, aplicando-se não só aos alunos com deficiências, como a todos aqueles ‘excluídos’ por diversas razões que os levam a ter necessidades especiais [...]. Em decorrência, também se ampliou o público alvo da educação especial.”

Nas últimas décadas tem-se observado que os alunos precisam não somente estar na escola, em uma sala específica para os “especiais”, onde irão realizar atividades específicas. Eles precisam participar ativamente da dinâmica escolar, da dinâmica da sala de aula de uma forma que as atividades estejam ao alcance das suas necessidades com um currículo flexível, não excludente, mas que esteja satisfazendo as suas singularidades.

Ao longo do tempo predominou a ideia de que os professores de ensino regular não seriam dotados de competências técnico-pedagógicas que lhes possibilitassem trabalhar com alunos com necessidades especiais (MORGADO, 2003). Com a inclusão dessas crianças nas salas de aula normais, os professores de ensino regular começaram a assumir a responsabilidade de educar e ensinar todas as crianças, independentemente das suas características sócio-individuais (LOREMAN; DEPPELER; HARVEY, 2005). Nessa proposta, a escola deve adaptar-se ao aluno e não o aluno se adaptar a escola.





A instituição escolar tem que se reformular a começar pelo seu Projeto Político Pedagógico, que diz como a escola deve ser e o que deve ensinar. Para que isso ocorra forma efetiva, é importante a presença do psicólogo educacional para mediar as relações entre alunos, entre professores, e entre alunos e professores. Pires e Pires (1998) afirmam que o desafio inicial da proposta de inclusão é a realização de um trabalho que favoreça a conscientização de educadores e da equipe técnica.

Tessaro (2005) destaca a falta de preparo de muitos educadores para lidar com crianças com necessidades especiais, o que muitas vezes pode gerar medo, sensação de incapacidade e impotência, bem como reforçar mecanismos de discriminação e segregação. Nesse sentido, a Psicologia Escolar deve contribuir para a preparação dos agentes envolvidos no processo de educação inclusiva, buscando, como demonstra Goldeberg (2013), atuar de maneira preventiva e também centrada na solução de problemas. Não se limitando a atuar de maneira individualizante. Conforme Silveira (2006):

“(...) o psicólogo escolar pode desenvolver práticas que traduzam suas concepções inclusivas, ter uma prática que não seja uma prática de exclusão, que possa romper com as práticas que muito serviram para validar concepções ideológicas, baseadas, sobretudo, na psicometria e na aferição do QI dos alunos.”

As habilidades desse profissional e seus conhecimentos devem dar suporte aos educadores por meio de uma visão crítica e de ações coletivas e, viabilizar mecanismos de transformação da dinâmica institucional (YSSELDYKE; GEENEN, 1996; MARTÍNEZ, 2005). Desse modo, os professores envolver-se-ão numa formação mais especializada para lidar com a nova realidade, isto é, lecionar classes inclusivas com a utilização de uma vasta variedade de recursos, alicerçada em atitudes favoráveis à inclusão.

Além disso, o entendimento deste profissional acerca da inclusão de crianças com necessidades especiais nas classes regulares facilita a vinculação do professor a uma nova visão de ensino e aprendizagem e, sua atuação na orientação a pais, professores e outros especialistas, se constituem como elementos essenciais para beneficiar projetos educativos.

Finalmente, é importante destacar que, diante da ampliação do conceito de educação inclusiva, abrangendo não somente crianças com deficiências, mas todas aquelas que não estejam se beneficiando da escola por qualquer motivo, neste estudo, optamos por focalizar a inclusão de crianças que apresentam algum tipo de dificuldade de aprendizagem em relação às demais crianças.

A partir dessas considerações, o objetivo deste trabalho foi conhecer as possíveis contribuições do psicólogo escolar a partir da inserção de estudantes de psicologia em uma escola municipal no



estado da Paraíba, além de possibilitar a identificação dos avanços existentes na prática desse profissional.

## **METODOLOGIA:**

A ação ocorreu em uma escola pública da cidade de João Pessoa. Participaram deste estudo 35 alunos de ambos os sexos, com idade entre 7 (sete) e 9 (nove) anos, do 3º ano do ensino fundamental de uma escola da rede pública de João Pessoa.

Agindo em congruência com o disposto nas resoluções 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. O início do projeto se deu após a autorização oficial da instituição, mediante a assinatura de um termo de responsabilidade assinado pelo diretor da instituição. Os participantes também foram devidamente informados acerca do caráter confidencial do estudo. Por meio de carta de apresentação dos pesquisadores e do projeto, foi realizado o primeiro contato com a instituição. Em seguida à autorização, foi acordado com a professora da turma o melhor horário para os encontros.

Os procedimentos metodológicos foram: a observação da vida cotidiana em sala de aula, situações orientadas de aprendizagem e atividades com os estudantes. A ação durou 3 (três) meses, e foi realizada uma vez a cada semana, sempre no mesmo dia e horário. Totalizando em 12 (doze) encontros, com duração média de 1 (uma) hora e 30 (trinta) minutos cada.

É importante ressaltar que os estudantes de psicologia inseridos na escola não atuaram de modo amplo, conforme o Conselho Federal de Psicologia (1988) atribui ao psicólogo educacional:

“Atua no âmbito da educação, nas instituições formais ou informais. Colabora para a compreensão e para a mudança do comportamento de educadores e educandos, no processo de ensino aprendizagem, nas relações interpessoais e nos processos intrapessoais, referindo-se sempre as dimensões política, econômica, social e cultural. Realiza pesquisa, diagnóstico e intervenção psicopedagógica individual ou em grupo. Participa também da elaboração de planos e políticas referentes ao Sistema Educacional, visando promover a qualidade, a valorização e a democratização do ensino. “

No presente estudo, buscou-se especificamente colaborar com a adequação, por parte dos educadores, de conhecimentos da Psicologia que lhes sejam úteis na consecução crítica e reflexiva de seus papéis. Desenvolver trabalhos com educadores e alunos, visando a explicitação e a superação de entraves institucionais ao funcionamento produtivo das equipes e ao crescimento individual de seus integrantes e elaborar e executar procedimentos destinados ao conhecimento da relação professor-aluno, em situações escolares específicas, visando, através de uma ação coletiva e



interdisciplinar a implementação de uma metodologia de ensino que favoreça a aprendizagem e o desenvolvimento (BASTOS, 1988, p.175).

Durante as ações procurou-se mediar as relações entre os alunos, com o intuito de aproximar o contato deles com os estudantes que apresentavam dificuldade de aprendizagem, melhorando-se as interações e aproximando-se os laços. Também se direcionou as ações e atitudes dos professores em relação aos alunos que não conseguiam acompanhar todas as propostas pedagógicas.

A natureza dessa pesquisa é qualitativa e exploratória, pois tem por objetivo conhecer os benefícios proporcionados pela intervenção do psicólogo em uma perspectiva inclusiva. A metodologia se construiu a partir da realização de uma pesquisa qualitativa, com a valorização das relações interpessoais e subjetivas, bem como uma frequente reflexão sobre as ações desenvolvidas no decorrer deste. O entendimento dos benefícios subjetivos proporcionados pela participação do profissional da psicologia nas escolas nos levou a trilhar a pesquisa por essa abordagem.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Apresentam-se a seguir os resultados e a discussão dos dados obtidos a partir da entrevista semiestruturada com a professora e da participação em sala de aula e, posteriormente, das mudanças percebidas durante as intervenções.

Antes de iniciar a primeira intervenção, foi realizada uma entrevista com a professora responsável pela turma, que teve por objetivo conhecer seu método de ensino e o que pensava sobre dois alunos de sua sala que apresentavam dificuldade de aprendizagem. De acordo com a discente: “ eles são muito difíceis e hiperativos, não param quietos. Eu já perdi a paciência. Eles não conseguem acompanhar, como os outros, e ficam atrapalhando”. Observa-se a dificuldade em lidar com estes alunos. Siems (2010) nos explica que a preocupação com a formação dos professores voltada para a educação inclusiva é muito recente. De acordo com a autora, são necessários mais investimentos nos processos de formação para reconstruir as práticas educacionais, reorientando, assim, os processos exercidos na Formação de Professores.

A análise da entrevista realizada com a professora levantou dados sobre suas concepções a respeito da inclusão escolar e social dos alunos com dificuldade de aprendizagem. Suas concepções corroboram com a literatura: “ eles não vão conseguir crescer na vida, não sei nem se vão passar de ano. Seria melhor se eles ficassem em turmas especiais”. Há uma tendência em se considerar a



pessoa com necessidades educacionais especiais tendo baixas perspectivas de aprendizagem, de escolarização e com total nível de dependência por toda a vida (CARVALHO, 2001). Em relação a esta constatação, Kruppa (2001) assegura que “a escola não acredita na capacidade de aprender de todo ser humano e se julga competente para apontar de forma arbitrária, preconceituosa e equivocada aqueles que ‘podem’ aprender” (p. 28). Por desacreditarem no desenvolvimento dos alunos, alguns professores sentem-se desestimulados a trabalhar com eles.

Quando questionada acerca do motivo do baixo rendimento escolar a professora respondeu: “Acho que isso ocorre por causa das famílias deles, eles vivem jogados, pela rua, os pais não prestam muita atenção nas tarefas. Eles também são de baixa renda, muitos comem apenas aqui na escola, acho que eles colocam os filhos aqui para poderem trabalhar e não com o intuito de que eles aprendam”. O envolvimento dos pais na vida acadêmica dos filhos favorece a educação infantil conforme explica Vectore (2007). Contudo, como alertam Zibetti et al. (2010) e Freller (2010), o papel da família na produção das queixas escolares vem sendo superestimado, de modo que algumas vezes não são sequer investigados aspectos extrafamiliares. A culpabilização da família expressa a visão preconceituosa que se tem dos pobres ao longo da história brasileira. (ASBAHR, 2006).

A partir desse relato, durante as 3 (três) primeiras intervenções, buscou-se desenvolver uma interação entre os alunos foco da intervenção e os estudantes de Psicologia, em que foi possível estreitar laços de afinidade e confiança para que fossem aplicadas as próximas intervenções. Visto que, é importante considerar que fatores emocionais e afetivos influenciam a aprendizagem e que a afetividade é fundamental para o bom andamento de uma escola, mas principalmente no ensino aprendizagem. (MIRANDA, 2014).

Nas 9 (nove) intervenções posteriores, buscou-se oferecer suporte à professora por meio da observação, da coleta e da busca de dados relacionados às crianças e suas dificuldades; investigar as possíveis variáveis que interferem na manutenção dos problemas; analisar condições ambientais e interpessoais, conforme concerne às atividades relativas ao referido profissional.

Observou-se que os dois estudantes especiais ficavam isolados, não se comunicavam muito com os demais alunos e não interagiam com a professora. Além disso, não estavam interessados na aula nem na participação das atividades desenvolvidas. A partir desta experiência, foram propostas novas formas de estruturação do processo de ensino-aprendizagem direcionando-as às necessidades





dos alunos, assim como o favorecimento de formas mais adequadas de trabalho no sentido da inclusão educacional e social dessas crianças.

Conseguiu-se com as intervenções intensificar o foco da atuação da educanda, inclusive no seu trabalho com os alunos que possuem necessidades educacionais especiais; e foi oferecido a ela referências para uma formação e atuação adequadas. Isso proporcionou um maior rendimento durante as avaliações destes alunos, em comparação às avaliações anteriores e uma maior interação deles com a professora e com os outros estudantes durante a aula.

Ao final das intervenções, realizou-se uma outra entrevista com a professora, com o intuito de observar se houve ou não uma mudança em suas atitudes frente aos alunos. Observou-se que ao fim das intervenções, a professora mudou a forma de pensar acerca dos alunos com dificuldades de aprendizagem. Ela relata que: “ eu pensei que eles não teriam mais jeito, eu estava muito estressada e precisava que alguém me escutasse, vocês me ajudaram muito e espero que ajudem mais gente. Estes alunos são crianças criativas, interessadas em conhecer e aprender novas atividades, curiosas e afetivas, mas eu preciso incluí-los em minhas atividades e realizar elas conforme às necessidades dele”.

A partir dessa mudança, conforme Sampaio e Morgado (2015), observamos que a formação na área da Educação Especial revelou ser uma variável com impacto na construção de atitudes mais positivas por parte dos sujeitos face à inclusão educativa. Neves (2013) explica que para mudar as concepções deterministas dos docentes e capacitá-los para o trabalho com a inclusão, torna-se primordial reestruturar sua formação. É importante, na perspectiva inclusiva, que tais especialistas adquiram conhecimentos pertinentes aos processos regulares de escolarização, para atuarem em parceria com os regentes de turma. O que foi possível com a inserção dos estudantes de psicologia neste meio. Ainda de acordo com a autora, do ponto de vista dos professores do ensino regular, o desconhecimento acerca das deficiências e dos processos de ensino aprendizagem diferenciados tem gerado receios e fracassos, o que enfatiza mais uma vez a necessidade da presença desse profissional.

Percebe-se que o conhecimento produzido pelas ciências psicológicas pode contribuir com a prática educativa, ou seja, consideramos que o psicólogo pode e deve se envolver diretamente com a ação educacional. Sua atuação muito avançou nos últimos anos, com a transição do modelo clínico-terapêutico para o modelo institucional, como referência para intervenção do psicólogo escolar e educacional.







As estratégias desse profissional devem ser concebidas como um dos modos de interpretar a realidade educacional objetiva (social e politicamente objetiva). Guzzo (2002) explica que psicólogo deve conhecer as necessidades psicológicas de todos os sujeitos envolvidos, independentemente de classes sociais, capacidades físicas ou mentais, em situações de risco ou situações abastadas, "é defender os direitos ao atendimento de suas necessidades e à promoção de seu desenvolvimento, sem discriminação ou intolerância de qualquer tipo ou grau".

Insistir no conhecimento produzido pelas ciências psicológicas pode contribuir com a prática educativa. A Psicologia deve buscar se apresentar como um conhecimento científico capaz de demonstrar e compreender a dimensão subjetiva da experiência vivida na escola pelas camadas marginalizadas. Alguns pesquisadores e profissionais desta área enfatizam a necessidade de se repensar ações e práticas profissionais mais comprometidas com a transformação social dos interesses da maioria da população (BOCK, 2003).

O psicólogo pode atuar no cotidiano da inclusão escolar criando, em parceria com os educadores, novas formas de mediação qualificada, visando superar as barreiras vivenciadas pelo aluno com deficiência e os demais envolvidos no contexto escolar. Dentre essas barreiras, aquelas de natureza atitudinal merecem especial enfoque pelo psicólogo. Sua intervenção sobre preconceitos, estigmas e mitos que atuam sobre as pessoas com deficiência e marcam suas trocas sociais negativamente deve se constituir uma das principais características de seu trabalho na educação especial numa perspectiva inclusiva.

## **CONCLUSÕES**

Procuramos com este trabalho buscar, dentro de um contexto de escola pública, considerações que comprovassem verdadeiramente a importância do psicólogo em contribuição no contexto escolar. Vimos o quanto esse profissional se tornou uma ferramenta essencial diante das dificuldades de aprendizagem dos educandos e das angústias em administrar o processo de ensino-aprendizagem dos educadores em frente a crianças muitas vezes ditas "sem possibilidades".

Os resultados obtidos neste estudo permitiram responder aos objetivos inicialmente propostos. Nesse sentido, foi possível identificar alguns pontos positivos da presença do psicólogo escolar desenvolvendo trabalhos com educadores e alunos em prol da inclusão de alunos especiais. Na turma onde foi realizada a intervenção foi possível constatar a mudança de comportamento do professor e também dos alunos em geral, inclusive os com dificuldade de aprendizado, que



obtiveram maior pontuação em provas posteriores além de uma maior participação em sala de aula. Notamos que há um bom desenvolvimento das crianças quando recebem um atendimento apropriado, gerando um melhor desempenho de suas atividades. Dessa forma, elas passam a ter mais autonomia de suas ações.

Entretanto, isto somente é possível com uma ação profissional comprometida socialmente como elemento central no processo educacional. Visto que, com uma formação política e ideológica, somada a uma prática profissional crítica e construtora da realidade brasileira, articulada com a compreensão da diversidade humana para o desenvolvimento de uma sociedade mais democrática, poderá ser abordada uma perspectiva teórica consistente, que ampare novas zonas de inteligibilidade na compreensão do desenvolvimento humano e de relações escolares de fato inclusivas.

Em intervenções futuras, espera-se superar as limitações do presente projeto, mantendo os aspectos que possibilitaram mudanças, porém ampliando a atuação dos estudantes, conforme as atribuições do psicólogo educacional. Este trabalho mostrou apenas um recorte das contribuições deste profissional.

Sabemos que este trabalho não terminou. Novas pesquisas em âmbito nacional são indispensáveis. Conhecer essa realidade de trabalho é fundamental para a ampliação do conhecimento, promovendo deste modo a inclusão no debate da real contribuição do psicólogo na educação especial. Nosso intuito primordial é que, ao final deste artigo, tenhamos nos modificado e elaborado novas perspectivas a respeito desta profissão. Pretendemos seguir o estudo adiante, pois as pesquisas sobre educação inclusiva demandam ainda de muita informação.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

ASBAHR, F.; LOPES, J. It's your fault. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 53-73, 2006.

BASTOS, A. Área de Atuação: em questão o nosso modelo profissional. In: Conselho Federal de Psicologia. **Quem é o Psicólogo Brasileiro**. São Paulo: Edicon, 1988.

BOCK, A. Psicologia da Educação: cumplicidade ideológica. In: Meira ME, Antunes MAM, eds. **Psicologia escolar: teorias críticas**. São Paulo, 2003



BRASIL. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília, 1994.

Carvalho, R. A incorporação das tecnologias na educação especial para a construção do conhecimento. **Inclusão Escolar e Deficiência Múltipla diferentes significados**. Campinas, 2001.

CARVALHO, R. Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”, **Mediação**. Porto Alegre, 2010.

FRELLER, C. Crianças portadoras de queixa escolar: reflexões sobre o atendimento psicológico. In: A. M. Machado & M. P. R. de Souza (Orgs.), **Psicologia escolar: em busca de novos rumos** (pp. 67-81). São Paulo: Casa do Psicólogo, (2010).

GOLDBERG, M. Concepção do papel de psicólogo escolar. **Cadernos de Pesquisa**, n. 12, p. 29-47, 2013.

GUZZO, R. Novo paradigma para a formação e atuação do psicólogo escolar no cenário educacional. In: Guzzo RSL, org. **Psicologia Escolar: LDB e Educação Hoje**. São Paulo: Alínea; 2002. p.131-44.

KRUPPA, S. As linguagens da cidadania. Em S. Silva, & M. Vizim (Orgs.), **Educação especial: múltiplas leituras e diferentes significados** (pp. 13-39). Campinas, 2001.

LOREMAN, T.; DEPPELER, J.; HARVEY, D. **Inclusive education: A practical guide to supporting diversity in the classroom**. Psychology Press, 2005.

MARTINEZ, A. Inclusão escolar: desafios para o psicólogo. In: MARTINEZ, Albertina Mitjans (Org.). **Psicologia escolar e compromisso social**. Campinas, 2005.

MIRANDA, E. **A relevância dos laços afetivos na gestão escolar**, 2014.

MORGADO, J. **O estudo de caso na investigação em educação**. De Facto Editores, 2013.

NEVES, M. ESCOLA INCLUSIVA: entre o ideal (necessário) e o real (possível). **Revista Encontros**, v. 11, n. 20, p. 30-48, 2013.

PIRES, J.; PIRES, G. A integração escolar de crianças portadoras de necessidades especiais na classe regular: implicações legais e compromisso social. **Integração**, v. 10, n. 20, p. 23-26, 1998.

SAMPAIO, C.; MORGADO, J. As atitudes dos professores do primeiro ciclo do ensino básico face à educação inclusiva de alunos com necessidades educativas especiais. **Interacções**, v. 10, n. 33, 2015.

SANTOS, M. Educação Inclusiva e a Declaração de Salamanca: conseqüências ao sistema educacional brasileiro. **Revista Integração**, 2000.

SIEMS, M. Educação especial em tempos de educação inclusiva: identidade docente em questão. São Carlos: **Pedro & João Editores**, 2010.

SILVEIRA, F.; NEVES, M. Inclusão Escolar de Crianças com Deficiência múltipla: Concepção de Pais e Professores. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v.22, n.1, p.79-88, 2006.

TESSARO, N. Inclusão escolar: concepções de professores e alunos da educação regular e especial. São Paulo: **Casa do Psicólogo**, 2005.

VECTORE, C.; MAIMONI, E. A formação do psicólogo escolar e a atuação em instituições infantis: da história às práticas atuais. In: H. R. Campos (Org.), **Formação em psicologia escolar: realidades e perspectivas**. Campinas: Editora Alínea, 2007.

YSSELDYKE, J.; GEENEN, K. Integrating special education and compensatory education systems into the school reform process: a national perspective. **School Psychology Review**, v. 25, n. 4, p. 418-430, 1996.

ZIBETTI, M.; SOUZA, F.; QUEIRÓZ, K. Quando a escola recorre à psicologia: mecanismos de produção, encaminhamento e atendimento à queixa na alfabetização. **Estudos e pesquisas em Psicologia**, 2010.